

I Seminário de Preservação Comum de Património Digital

De repente, em vinte anos, tudo mudou. A noção de espaço, a noção de tempo, a noção de trabalho, a noção de privacidade, a noção de texto, a noção de documento, a noção de arquivo, e os procedimentos operativos e operacionais correlacionados com estas e outras noções críticas para a definição, estruturação e valorização e reconhecimento do nosso modo de pensar, de agir, de nos comportarmos individual e socialmente.

Esta radical mudança decorre dos processos de transformação tecnológica proporcionados pela passagem dos suportes analógicos para os suportes digitais.

O suporte, o meio, deixou de ser mero mediador entre um objetivo e o seu resultado. O suporte, o meio, transformou definitivamente o conceito de objetivo e de resultado, demonstrando que dificilmente se separa na atividade humana os conceitos de valor, objetivo, meio e resultado. Dificilmente se separa a noção de processo do construto abstrato que corresponde ao seu desiderato, ou da materialidade concreta que a cada momento o informa.

Esta dificuldade, que é ao mesmo tempo o reconhecimento de uma circunstância e de um modo de olhar e de fazer, corresponde ao ponto de partida da razão deste seminário.

O crescimento exponencial da produção de informação digital justifica amplamente esta iniciativa.

Reconhecer a relevância e pertinência da temática em discussão, em total alinhamento com os objectivos estratégicos que este Governo afirma em matéria de promoção e proteção do património digital e com a racionalização e utilização de processos e métodos de preservação digital, é missão que se afigura inadiável.

Hoje é um facto facilmente observável a dependência das TIC em praticamente toda a esfera de ação humana.

A percepção de que as componentes sociais e humanas também condicionam fortemente o desenvolvimento das tecnologias, tem sido um contributo fundamental das ciências humanas e sociais, nem sempre devidamente acolhida no campo tecnológico.

No mundo contemporâneo as TIC estão profundamente radicadas no ideal de desenvolvimento económico e social. Por outras palavras, já não se trata apenas de uma ferramenta de trabalho mas de uma condição necessária (ou mesmo indispensável) para a inovação, desenvolvimento e mesmo interação social.

A produção, circulação e preservação de documentos em formato digital é hoje a base da organização da sociedade contemporânea.

Uma coisa cuja materialidade se reduz à superfície de écrans, a circuitos integrados, cablagens e suportes elétricos, sintetiza a maior parte das funções de elaboração, produção, apresentação, distribuição de trabalho, educação, ciência, cultura, entretenimento e informação em todos os domínios da atividade humana ou com ela de alguma forma correlacionada.

As questões de ordem epistemológica, metodológica, tecnológica, organizacionais, entre outras, associadas à preservação do património digital são críticas para o arco temporal do Passado, Presente e Futuro. Se não encontrarmos soluções adequadas de preservação, daqui a cem anos, daqui a mil anos, que documentos haverá sobre o ano de 2013? Se não encontrarmos soluções adequadas de preservação, de que forma garantiremos amanhã a consulta de dados produzidos na semana passada?

Todos os presentes têm a consciência dos desafios imensos que se colocam aqui e que apesar da magnitude das questões e responsabilidades inerentes, se torna essencial encontrar e operar respostas.

É por isso que se torna absolutamente decisivo criar novos hábitos comportamentais que privilegiem a interoperabilidade e cooperação.

A valorização do património digital passa pela criação de estruturas especializadas destinadas a receber, processar e disseminar informação digital, assegurando os procedimentos técnicos necessários para evitar a obsolescência e manter os objetos digitais acessíveis e utilizáveis. A criação destas estruturas implica elevados investimentos os quais carecem de ser ponderadamente planeados, mas precisam sobretudo de um modelo que permita incluir de forma eficiente e à escala nacional o património digital.

Não basta preservar o objeto. É igualmente necessário que este seja permanentemente acedido e compreendido pelos seus destinatários. A formação não apenas cívica mas também técnica é um trabalho que está a iniciar-se e cuja realização é necessária para promover a adesão dos intervenientes e utilizadores.

O conceito de gestão em rede, partilhando recursos e serviços é particularmente atual pois a presente situação económica, obriga a adotar novos conceitos e processos de gestão que permitam diminuir ou repartir custos, espaços e serviços.

Com efeito, não fará sentido ignorar a eficácia e eficiência facilitadas por uma perspetiva transversal de serviço público, privilegiando uma perspetiva vertical isolacionista incompatível com a realidade das necessidades sociais e funcionais manifestadas pelos utilizadores. A administração pública utiliza em graus diferentes as mesmas funções e partilha processos funcionais em que os diversos organismos participantes são atores ativos ou passivos consoante os papéis que representam no desenrolar da tramitação processual. Neste contexto cooperar parece ser o caminho sensato a seguir.

Preservar, solitária ou solidariamente, é uma opção que importa tomar de maneira informada e participativa, incluindo todos os agentes ativos ou que manifestem interesse na utilização e preservação do património digital.

É precisamente com o propósito de iniciar um debate sistemático, sobre as referidas questões, que seja transversal à sociedade, que a DGLAB está a organizar este I Seminário de Preservação Comum de Património Digital.

Na certeza de que este tipo de ação pode contribuir para criar massa crítica e conhecimento, de forma a preparar eventuais decisões que tenham por base experiências funcionais de preservação documental testadas ao longo dos séculos, no caso vertente das grandes instituições patrimoniais como são o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Biblioteca Nacional de Portugal, a Cinemateca-Arquivo Nacional de Imagens em Movimento e cujos desafios de garantir a preservação do património digital, enquanto base da construção da memória pessoal e social, e projectá-lo para as gerações futuras, constitui no tempo presente uma das responsabilidades maiores para quem tem que gerir o património cultural e dos responsáveis pela gestão dos arquivos do Estado.

Não há Cultura sem memória e não há memória sem registos. É pois essencial a reflexão que hoje aqui se passa, em linha com desafios que se colocam em todo o Mundo, e num momento onde não existem respostas definitivas ou soluções evidentes para os problemas que a preservação do património digital levantam.

Sublinho, para terminar, que é decisivo encontrar plataformas de interoperabilidade estáveis, não só em termos tecnológicos como em termos de protocolos procedimentais. Se cada seis meses, dois anos, mudarmos de hardware, de software, de protocolos procedimentais, não só os custos de gestão serão incomportáveis, apesar da alegria que as empresas produtoras dessas tecnologias terão, como os custos de estabilidade na comunicação, na formação, na transmissão, na validação, na valoração, serão muito elevados.

É por isso desejável, a nível nacional e internacional, encontrar caminhos para a estabilização tecnológica e procedimental para lá da noção de obsolescência. Se assim não for, andaremos todos, ano após ano a correr atrás das mais novas inovações tecnológicas, passe a redundância, em vez de nos

concentrarmos no principal, o processo inteiro da preservação digital enquanto responsabilidade social.

Felicito todos os participantes e desejo a todos os intervenientes – técnicos da área e das mais diversas entidades públicas e privadas e especialistas presentes, o maior sucesso em termos de resultados para o presente evento e agradeço a todos os contributos em prol das soluções que se pretendem mais adequadas face aos objectivos e contexto do seminário.

Muito obrigado.

Torre do Tombo, Lisboa, 19.09.13